

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 3ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

3 – PRONUNCIAMENTOS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/2/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimento Ordinário nº 209/2019 – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Betão, da deputada Andréia de Jesus, do deputado Cristiano Silveira e da deputada Marília Campos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andreia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Professor Irineu, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, é encaminhada à presidência a seguinte proposição:

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 209/2019

Do deputado Rafael Martins em que requer a alteração do seu nome parlamentar para Repórter Rafael Martins. (– À Mesa da Assembleia.)

Questões de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura da comunicação da Mesa, o comunicado a respeito da formação dos blocos e também da indicação dos líderes. Como todos sabem, já anunciei meu processo de independência, de posição de independência parlamentar. Porém, conforme o Regimento da Casa e formalidade legal do registro no TRE, meu mandato continua registrado no PSDB e, como consta no painel da Casa, faço parte do bloco ao qual o PSDB pertence e lidera neste momento. Como não fui comunicado pelo meu partido ou pelo líder do bloco sobre essa decisão - acredito que isso será feito no tempo oportuno -, aproveito a oportunidade para dizer que gostaria que fosse registrada em ata a minha disponibilidade para continuar na Comissão de Minas e Energia. Coloco o meu nome à disposição do líder do bloco inclusive para exercer o cargo de presidente, caso seja do interesse do coletivo que continuemos o trabalho que fizemos nos últimos dois anos na referida comissão. Também estou à disposição para compor a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, afeta ao tema ao qual tenho de dedicado nos últimos anos, e a Comissão de Administração Pública, onde o nosso projeto está sendo reapresentado como substitutivo ao projeto que já tramita nesta Casa. Então, já que não recebi nenhum comunicado oficial ou solicitação do bloco do qual formalmente faço parte para que pudesse me manifestar, gostaria que isso constasse em ata e ficasse registrada esta minha manifestação de estar à disposição para compor a CPI da mineração, presidi-la, relatar os trabalhos ou apenas compô-la, caso venha a ser instaurada no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Marília Campos – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero registrar um importante acontecimento no dia de hoje. Na parte da manhã, o presidente da Mesa da Assembleia, que coordena os trabalhos desta Casa, recebeu lideranças feministas de Belo Horizonte e do nosso estado, as deputadas eleitas e reeleitas. Na minha opinião, esse acontecimento sinalizou o reconhecimento da força das mulheres, a importância do aumento da nossa bancada aqui na Assembleia Legislativa. Na oportunidade, foi discutido sobre o dia 8/3/2019, quando pretendemos fazer uma grande mobilização envolvendo as lideranças, o apoio institucional da Assembleia Legislativa e todos os deputados e as deputadas desta Casa para deflagrar um calendário de luta em defesa dos direitos das mulheres que se encontram ameaçados, seja pelo desemprego, pela reforma da previdência que está sendo anunciada, pela violência e pelo aumento do feminicídio. Portanto, motivos nós temos para ir à luta. A reunião foi muito importante. O presidente não apenas recebeu o conjunto de lideranças, como também promoveu um encontro com as deputadas às 13 horas para

discutir a nossa agenda de mulheres dentro deste espaço institucional. Quero aqui demonstrar o meu agradecimento e a importância da realização desse encontro. Muito obrigada.

Oradores Inscritos

– O deputado Betão, a deputada Andréia de Jesus, o deputado Cristiano Silveira e a deputada Marília Campos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu havia preparado um discurso, porque estava inscrito no Grande Expediente para falar por 15 minutos. Vou tentar ser breve para atender o prazo de 5 minutos. Primeiramente, quero agradecer a cada um dos 120.252 eleitores que me colocaram aqui e ao Nosso Senhor Jesus Cristo pela oportunidade de estar, hoje, levantando uma voz à direita, nesta Assembleia. Isso se faz muito necessário para fazermos um contraponto ao *status quo* estabelecido, muitas vezes, na política, e que incomoda a população. Não poderia começar a falar aqui sem falar da tragédia criminosa ocorrida em Brumadinho. Precisamos descobrir o que aconteceu ali. Estão rodando agora, nas redes sociais, *posts* e fotos falando que a bancada do PSL não assinou a CPI. Assinei duas proposições de CPI nesta Casa: uma do deputado Sargento Rodrigues e outra do deputado Doutor Wilson Batista. A CPI do deputado Sargento Rodrigues é a que vai ser instaurada, porque tem 74 assinaturas. É quase uma unanimidade na Casa, mostrando o compromisso dos deputados estaduais com a resolução desse crime e com a punição dos culpados. Não podemos deixar acontecer como em Mariana: mais de três anos depois não tem um preso e ainda há indenizações a pagar. Sobre essa questão de dizerem que a bancada do PSL não assina, confesso que fiquei surpreso quando vi na imprensa ontem que a bancada do PT estaria boicotando a CPI em Brasília, no Congresso Nacional. Fiquei em dúvida se essa informação seria verdadeira. Hoje em dia é difícil confiar na mídia. Tive de ligar para o meu deputado federal, Cabo Junio Amaral, que disse: “Aqui na CPI de Brasília só há duas assinaturas do PT: uma do Pará e outra de Goiás. Nenhum deputado federal do PT de Minas Gerais assinou a CPI em Brasília”. É preciso CPI em Brasília também. Faço até um apelo aos colegas do partido que dialoguem com a bancada federal, pois a gente precisa disso. E o posicionamento aqui tem sido muito firme, cada um com a sua opinião, mas todos com o mesmo discurso coeso de que precisamos, sim, chegar ao fundo dessa questão, independente do partido de quem sobe à tribuna para falar. No pouco tempo que me resta, gostaria de parabenizar a juíza Gabriela Harter pela condução do processo criminal do ex-presidente Lula. Eu tenho 21 anos e cresci num país de impunidade, onde os poderosos não iam presos, onde corrupção era um crime impune. E hoje temos na Lava Jato a esperança de que a corrupção seja punida e os poderosos sejam colocados na cadeia. Então parabenizo a juíza Gabriela pela coragem na condução do processo. Parabenizo também o atual ministro da Justiça, Dr. Sérgio Moro, que foi fundamental para o sucesso da Lava Jato e que hoje, na condição de ministro, poderá fazer muito mais pelo combate ao crime e à corrupção, vide o pacote anticrime que apresentou em menos de um mês como ministro. Quero desejar melhoras ao nosso presidente da República, para que possa voltar à plenitude de suas funções. Ver hoje o presidente Jair Bolsonaro despachando de uma cama de hospital só mostra a dedicação e o compromisso que esse homem tem para com o nosso país e o sentido de dever que tem para com a Pátria desde o tempo de exército, que não é diferente na Presidência da República. Mas sabemos que o lugar dele é no Palácio do Planalto, saudável, com a plenitude de suas funções. Então fica aqui o meu desejo para uma rápida e excelente recuperação ao nosso presidente. Como me resta só 1 minuto,

gostaria também de fazer uma crítica a um assunto que vem sendo comentado na mídia: a ex-presidente Dilma está pleiteando uma pensão de R\$10.700,00, por ter sido perseguida no regime militar. O que ninguém menciona é que a ex-presidente Dilma participava de três organizações terroristas durante o regime militar: Colina, VPR e VAR-Palmares. Quero dar o nome das 15 pessoas assassinadas por esses três grupos, que são mortes que o Brasil não chora, mortes tratadas como heroicas, de pessoas que foram assassinadas por uma guerrilha comunista que queria implantar uma ditadura do proletariado no Brasil e que são tratadas como esquecidas da história, figurantes de atos heroicos de assassinos que queriam implantar uma ditadura comunista no Brasil. Os assassinados pela VPR são: Sd. Mário Kozel Filho, do Exército; Noel de Oliveira Ramos, civil do Rio de Janeiro; Charles Rodney Chandler, capitão do Exército dos Estados Unidos; Estanislau Ignácio Correia, civil de São Paulo; Orlando Pinto da Silva, guarda-civil de São Paulo; Garibaldi de Queiroz, soldado da PM de São Paulo; Hélio de Carvalho Araújo, agente da Polícia Federal do Rio de Janeiro; e Sílvio Nunes Alves, bancário do Rio de Janeiro. Assassinados pela VAR-Palmares: Cidelino Palmeiras do Nascimento, motorista de táxi do Rio de Janeiro; Aparecido dos Santos de Oliveira, soldado da PM de São Paulo; José do Amaral, suboficial da reserva da Marinha; David A. Cuthberg, marinheiro inglês no Rio de Janeiro; e Sílvio Nunes Alves, bancário do Rio de Janeiro, cujo nome aparece duas vezes, pois foi morto numa ação conjunta composta por dois grupos. Assassinados pelo Colina: José Antunes Ferreira, guarda-civil de Belo Horizonte; Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen, major do Exército alemão; e Wenceslau Ramalho Leite, civil do Rio de Janeiro. Como ainda tenho muito a falar, vou me inscrever para o próximo Grande Expediente e, em respeito ao Regimento Interno da Casa, encerro aqui a minha fala. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! Muito obrigado.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar o deputado Bruno Engler, e dizer, deputado, que o Brasil ainda precisa chorar esses mortos que foram enterrados e esquecidos nos últimos 40 anos. Parabéns pelo que V. Exa. disse aqui hoje. Sobre os assassinados por grupos terroristas ninguém falou. Nunca se permitiu à mídia, nas escolas, nas faculdades, nas universidades, contar a história daqueles que morreram pelas mãos dos terroristas que queriam implantar uma ditadura comunista aqui no Brasil. Então isso tem que ficar registrado. E nós estamos aqui para resgatar essa história, essa história da qual privaram as nossas crianças do passado, os nossos jovens e toda a população brasileira de ter conhecimento. Mas vamos colocá-las agora para o público saber. Sr. Presidente, no primeiro dia nesta Casa fiquei muito feliz em estar aqui, e vi três deputados muito diligentes, como formiguinhas – dois deputados e uma deputada –, buscando assinaturas para uma CPI, em razão dos fatos ocorridos em Brumadinho. Assinei imediatamente a CPI proposta pelo deputado Sargento Rodrigues, que teve 74 assinaturas, e a do deputado Doutor Wilson Batista, porque vieram me pedir. A deputada do PT, D. Beatriz, não me pediu para assinar o seu pedido de CPI. Se pedisse – não gosto de falar em fatos hipotéticos, em coisas que não aconteceram –, eu poderia ter assinado, sim, porque esse é um assunto suprapartidário, esse é um assunto que nós temos que corrigir, para que não aconteça mais, e punir os responsáveis. Hoje sou surpreendido nas redes sociais – ainda bem que foram pouquíssimas observações. Postaram lá uma foto supostamente do requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, em que não consta minha assinatura, dizendo que eu não era a favor da CPI das mineradoras, da CPI do caso de Brumadinho. Ora, estou fazendo o uso da palavra agora só para corrigir essa informação. Gente, eu não só assinei, como sou a favor e quero fazer parte da CPI, porque isso é muito sério. Assim também como acho que o governo anterior, do Sr. Fernando Pimentel, tem responsabilidade sobre isso que aconteceu, sim. Então quero dizer que sou favorável à CPI, que quero fazer parte. Assinei os dois pedidos, e não assinei o da deputada Beatriz Cerqueira porque não me foi pedido. Agradeço a atenção, a oportunidade da fala. Uma boa tarde a todos.

A deputada Beatriz Cerqueira – Quero informar ao povo mineiro e a todos que nos assistem pela TV Assembleia que a CPI, se não me engano, é uma comissão mista que está em construção no Congresso Nacional, para apurar o crime da Vale com o rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho. Das 130 assinaturas já presentes, 53 deputados do PT assinaram. O crime aconteceu numa sexta-feira, e, no sábado, vários parlamentares do PT, deputados estaduais e federais, assim como do Psol, estivemos em Brumadinho, fomos até o centro de comando, até o local do rompimento e também onde as famílias estavam sendo

acolhidas. E, presidente, pela seriedade e importância desse assunto, faço um apelo. Uma CPI que vai discutir um crime em que centenas de famílias estão enterrando partes dos corpos dos seus familiares ou não conseguirão enterrar ninguém não é palanque para ninguém. Precisamos tratar isso com a seriedade necessária. Quando eu cheguei, no dia 1º de fevereiro, fiquei muito satisfeita – porque feliz não é possível nessa circunstância – de ver três requerimentos de assinaturas circulando. Inclusive parece que eu assinei os dos demais colegas que assim o propuseram. Então, não vamos fazer palanque em cima dos corpos, não vamos fazer palanque em cima da dor das pessoas. O importante é que esta Casa faça a CPI com seriedade, com transparência e com os objetivos pelos quais está sendo criada. Esse é o papel do Poder Legislativo. Eu já fui ao enterro do marido de uma professora. Ela enterrou seu marido, motorista, que foi engolido pela lama. Todos os dias em que me dirijo a Mário Campos não sei o que vou dizer para a professora que não teve notícia do seu filho de 26 anos e que amanhã vai fazer uma celebração em memória desse filho, que talvez ela não tenha o direito de velar e de enterrar. Então, é muito sério, para que possamos, aqui, começar a fazer uma disputa partidária, seja ela de que espectro for. Parabenizo o Sargento Rodrigues pela iniciativa, o deputado Wilson pela iniciativa. Eu sou defensora de uma CPI das mineradoras desde o primeiro crime. Por três anos acompanhei o crime da Vale, Samarco e BHP em Mariana e toda a extensão da Bacia do Rio Doce. Eu espero que essa veemência permaneça por longo tempo, porque com o tempo as pessoas vão se esquecendo e cuidando de outras pautas, e poucos continuam acompanhando o resultado, as consequências da lama criminoso das mineradoras no nosso estado. Nós, como Parlamento, não é como grupo, não é como partido, nós, como Parlamento Mineiro, temos a oportunidade de dar uma resposta séria, com muita seriedade e respeitando a dor das pessoas que estão vivendo aquele crime, respeitando o trabalho do Corpo de Bombeiros, que faz aquele resgate por 15 horas na lama. E agora, como a deputada Marília Campos nos lembrou, o governador está assinando um pedido ao STF para ter autorização para diminuir salários. Então, faço um apelo mesmo, pela seriedade com que esse assunto precisa ser tratado aqui, inclusive com a veracidade dos fatos. O partido do qual faço parte assim está ajudando na constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós defendemos uma comissão mista, com envolvimento do Senado e da Câmara dos deputados. Por fim, presidente, só preciso lamentar que tenhamos tão poucas aulas de história e de sociologia, porque escutamos questões sobre a nossa história que mereceriam muito mais aulas de história, sociologia e filosofia para compreendermos a história da humanidade, para que não façamos a regressão que ninguém quer. Muito obrigada.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, desde a nossa diplomação, já passamos por alguns momentos, principalmente naquele dia, que ninguém gostaria de ver. Em todo momento eleitoral revivemos algumas situações: que o Brasil vai virar comunista, que o Brasil quase foi comunista, mas o Brasil nunca chegou perto do comunismo. O Brasil nunca foi comunista, nem socialista, nem social-democracia, como muito bem lembrou a deputada Marília Campos. Vemos isso, e realmente falta muita aula de história. Acabaram os palanques, mas parece que continuam. No momento eleitoral falam: vamos virar Venezuela, não vamos virar Venezuela. Aí passa, o Brasil não vira Venezuela, e depois tornam a lembrar o fato. E chegamos neste momento e ficamos tristes de ver os rumos que toma essa discussão. Eu fiz questão de, no meu primeiro pronunciamento, falar sobre o diálogo. V. Exa. pensa muito diferente de mim, eu sei disso. Mas muitas vezes nos assentamos na mesma mesa, já dialogamos e respeitamos um ao outro. Saber dialogar não é só saber falar, mas ter a capacidade de entender e ouvir o que o outro diz também. Então, acho que podemos talvez começar essa... O Brasil nunca foi comunista e nunca se aproximou do comunismo. Nunca! É simples isso. Ouvi aqui o companheiro falar da ditadura militar. Hoje, pela manhã, vi uma reportagem. Parece que a Espanha pediu para retirar todas as estátuas, todos os marcos que vangloriam a ditadura militar. Ele citou alguns nomes dos mortos. Não quero que ninguém morra, ninguém, seja de direita, seja de esquerda. Eu vos garanto que não sei citar o nome daqueles que lutaram defendendo a democracia, porque foram tantos e tantos que morreram defendendo a democracia. Esquecidos muito bem, deputado. Com certeza, o senhor corrobora a minha fala. Sei também que pensamos de forma diferente em relação a muita coisa. Eu lhe agradeço por isso, porque é isso que é diálogo. De mim, qualquer um aqui pode esperar isso. Ontem ouvi a fala do deputado Cleitinho. Hoje falei com ele: deputado, saiba que muito do que V. Exa. defendeu eu também defendo. Penso também como V. Exa. Não é porque somos deputados que achamos que somos maiores, não. Outro dia, um colega policial legislativo foi abrir a porta para mim, e eu disse: “Não precisa,

meu amigo. Temos que abrir a porta para quem não tem mão para abri-la. Não é para mim. Não precisa abrir porta para mim, não”. Com toda educação. Eles fazem isso também por educação. O corpo técnico desta Casa é fantástico. Eles fazer isso por cuidado, por carinho. Não fazem por achar que somos mais que eles. Não acho isso, não. O senhor falou, e eu concordei com o senhor. Assinei o pedido de CPI da deputada Beatriz, assinei o pedido de CPI do deputado Sargento Rodrigues e o do Doutor Wilson Batista. Hoje, quando vi alguém postar que a bancada do PSL não assinou, eu disse: “Cuidado! Cuidado com o que você fala. Talvez não assinaram um, mas assinaram o outro”. Alguém teve a coragem de dizer: “Agostinho Patrus não assinou”. Eu disse: “Gente, ele é presidente da Casa. Ele vai ser muito importante nessa questão de receber ou não. Ele não assina CPI. Ou estou errado?”. Ele não assina pedido de CPI. Para vocês verem até onde chega a maldade. Então, temos que estabelecer aqui esse diálogo, com muito amor - essa virtude da qual muitos se esquecem. Sobre a CPI de Brasília, quase que a totalidade dos parlamentares do PT assinaram, e estão querendo uma CPI mista, envolvendo o Senado e a Câmara dos Deputados. Então, que esta Casa, meus companheiros e companheiras, possa viver um fraterno diálogo, olhando no olho. Que possamos estabelecer aqui também, nesta Casa, esse mesmo carinho que temos quando saímos e vamos à lanchonete, cumprimentando-nos e conversando. É esta a minha fala. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Expus na minha fala de ontem que entrei na política para tentar fazer a conscientização. Vi agora, aqui, uma questão de Cruzeiro e Atlético, uma rivalidade desnecessária, esquerda e direita digladiando-se. Estou vendo que a CPI já está virando palanque político, e esse é o erro. Quando fui, na semana passada, a Congonhas, em meu vídeo propus a CPI. Um assessor de um parlamentar me parou na rua e perguntou: “Cleitinho, você vai fazer a CPI?”. Eu disse que estava propondo um requerimento para a CPI. No dia da posse, aqui, vi três deputados fazendo a CPI. Para que eu vou fazer? A ordem dos fatores não altera o produto. Se já existem três deputados querendo fazer CPI, para que vou fazer também? Se juntarmos os 77 deputados aqui, o que queremos é justiça. Então, com humildade, para que vou propor CPI? Havia assessor querendo chegar aqui, às 4 horas da manhã, para ser o primeiro, para ser o pai da criança. É com isso que a política tem que parar. Não precisa ter pai da criança. Eu e o deputado Osvaldo estávamos conversando aqui. Ele é da causa animal, e eu também sou. Tenho que me unir a ele. Por quê? Por que, no final, a gente não quer os animais melhores? Não é a saúde dos animais que queremos melhor? Então, vou ter rivalidade com o deputado Osvaldo porque ele é da causa animal? Pelo contrário, tenho que estender a mão para ele, para ajudá-lo, porque, no final, quero o animal melhor. É como aqui. No final, o que a gente quer com a CPI não é politicagem, não é ser herói. Não precisa haver herói para isso, não precisa haver mito para isso. Precisamos nos unir para que o que aconteceu em Brumadinho não aconteça em Congonhas nem em Paracatu. É Deus que não está deixando isso acontecer lá. No que se refere aos licenciamentos dessas barragens, a CPI tem que ir muito além, tem que fiscalizar essas 200 barragens para que não aconteça mais o que aconteceu em Mariana e Brumadinho. Não se trata de ser de esquerda ou de direita; o momento é de olhar para a frente, olhar para Minas Gerais. Eu não sou fascista, não sou comunista, sou mineiro, uai, sou brasileiro, sou divinopolitano. O momento é de nos unirmos e fazermos o melhor. Humildemente, contem comigo, mas contem comigo não para fazer palanque político, não para fazer palhaçada, mas para fazer justiça. Não dá para ver pessoas morrerem pelos pecadores. É hora de justiça, é hora de nos unirmos e fazer o melhor para Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Raul Belém – Sr. Presidente, colegas deputadas, colegas deputados, servidores desta Casa. Fiz minha inscrição por alguns dias esta semana, mas vamos aprendendo aos poucos. Meu discurso principal ficou para a semana que vem, mas não podia voltar para minha querida Araguari, presidente, sem falar carinhosamente dessa cidade que, há 32 anos, não estava representada nesta Casa. Então eu quero, por meio da TV Assembleia, da minha família que está aqui, dizer que é uma honra muito grande poder representar a cidade de Araguari e o povo do Triângulo Mineiro. É uma honra muito grande estar neste Parlamento, onde meu pai iniciou aos 28 anos de idade. Ele foi o primeiro líder do MDB nesta Casa, foi cassado pelo AI-5 e ficou 13 anos com os direitos políticos suspensos, até quando voltou, em 1982, como deputado federal. Então eu quero dizer que todos vocês podem contar com o nosso trabalho. Esta semana, apresentei a proposta de criação de uma frente parlamentar em defesa dos municípios. Quero contar com o apoio de todos os companheiros deputados para que possamos ir até as associações municipais, pois estamos em uma situação muito

difícil. Fui prefeito da minha cidade, Araguari, que tem mais de R\$50.000.000,00 para receber do governo do Estado. A maior parte dos 853 municípios vive dos repasses do governo do Estado, do Governo Federal. Aguardamos ansiosamente um novo pacto federativo, o qual nunca acontece; 60% da receita fica com o governo federal, 22% com o Estado e o restante com os municípios, ou seja, muito pouco. Então, há pessoas morrendo nos municípios por falta de médico, por falta de medicamento, por falta de estrutura mínima. O município já fica com a menor parte e, lamentavelmente, tivemos um governador que resolveu dividir a tragédia do Estado com os municípios mineiros. Isso é muito triste, e precisamos rever essa situação imediatamente. Quero me solidarizar com as pessoas que viveram essa tragédia de Brumadinho, Sr. Presidente. Todos abordaram de forma incisiva o nosso dever e a nossa obrigação de fazer um trabalho muito sério para aturar isso. O G1 relatou que, por meio de computadores apreendidos de alguns executivos, a Vale já sabia da possibilidade real dessa tragédia. Eu quero mencionar uma questão, Sr. Presidente: vi muitas coisas acontecendo essa semana, muitas cobranças em relação a Brumadinho, mas existe um ator que precisa dar explicação a esta Casa. Ele estava no governo passado e continua neste governo: o secretário de Estado de Meio Ambiente. Até falei com o Sargento Rodrigues, que foi o primeiro a protocolar a CPI, bem como a companheira Beatriz Cerqueira e outros companheiros, que também vieram com essa iniciativa e que têm todo o nosso apoio, que precisamos cobrar uma das primeiras pessoas a virem nesta Casa para dar explicação dos motivos que facilitaram esse tipo de licenciamento da Barragem de Brumadinho, essa facilidade de reduzir três fases para uma só. Ora, deputado, sou de uma região – e o senhor sabe disso porque também é de uma região de cafeicultura também – onde temos cafeicultores que ficam sete anos esperando a autorização de uma outorga de um poço artesiano. E como é que com uma coisa que envolve vidas, simplesmente numa canetada matam 300, 400 pessoas? Então, isso será objeto da nossa discussão na próxima semana. Agradeço a todos. Que Deus os abençoe. Muito obrigado.

O deputado Coronel Sandro – Pela ordem. Ainda temos tempo, presidente?

O presidente – Coronel, o senhor já fez uso da palavra, pela ordem. Inclusive, se for para tratar do mesmo assunto, não posso lhe conceder a palavra, entendeu?

O deputado Coronel Sandro – Dois minutos apenas. É um outro assunto. Apenas dois minutos.

O presidente – Dois minutos, por favor. Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Todos os deputados que fizeram uso da palavra, desde que aqui cheguei, fizeram menção a essa tragédia criminosa de Brumadinho. Fico triste e acho que ninguém está fazendo disso um palanque político. Ora, estamos neste Parlamento e este aqui é o nosso palanque. O nosso palanque é político, é técnico, é jurídico. Então, acho muito injusta a insinuação ou a acusação de que alguém esteja fazendo palanque político, uma forma pejorativa de dizer que alguém está querendo se aproveitar da situação para se promover. Porque, senão, todos nós estaríamos fazendo isso: os três deputados que pediram a abertura da CPI; os deputados que fizeram uso da tribuna para falar sobre esse assunto; e os deputados que, pela ordem, vieram aqui se manifestar. Portanto, apenas gostaria de fazer esta correção: nós, deputados de Minas Gerais, estamos aqui para investigar nessa CPI o que aconteceu, as causas, punir os responsáveis e evitar que isso aconteça. Aliás, temos de adotar um mecanismo para que isso nunca mais aconteça. Era só essa observação. Obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 12/2/2019.). Levanta-se a reunião.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 6/2/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Bosco em que notifica o falecimento do Sr. Antônio Geraldo de Souza Gomes, ocorrido em 4/2/2019, em Brasília de Minas. (– Ciente. Oficie-se.)

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/2/2019**

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha das galerias, servidores do Legislativo, imprensa que também nos acompanha neste momento, telespectadores da TV Assembleia. Presidente Agostinho Patrus, ocupo a tribuna nesta tarde, dia 5/2/2019, para trazer dois assuntos que julgo de extrema relevância. Por diversas vezes ocupei a tribuna desta Casa, especialmente quando o governo anterior, de Fernando Pimentel, iniciou o parcelamento dos salários, em janeiro de 2016. Foram muitas as mobilizações, das quais participamos juntos, de diversos sindicatos e associações, sejam da segurança pública ou de outras áreas, e pressionamos, protestamos e cobramos do governo o pagamento no quinto dia útil para que os servidores do Executivo também pudessem receber a reposição da perda inflacionária. Passaram-se quatro anos, e o servidor ficou sem a reposição da perda inflacionária, aquilo que é obrigação prevista no art. 37 da Constituição da República. Foram muitas as manifestações, muitas as pressões exercidas durante o governo de Fernando Pimentel. No entanto, não conseguimos avançar, porque esse governo, deputado Guilherme, não fez sequer o dever de casa. Por várias vezes denunciei que a máquina pública estava inchada, por várias vezes denunciei os milhares de cargos comissionados na Cemig, Copasa, Codemig, Taesa. E seis secretarias foram criadas durante a gestão do governo de Fernando Pimentel, do PT. Fizemos vários apelos, imploramos ao governo que cortasse despesas, mas nada foi feito. Agora, estamos há 34 dias com um novo governo. Continuaremos a cobrar, porque ver o servidor do Poder Executivo receber o 13º salário em 11 parcelas é uma covardia.

Os servidores que já vinham amargando um parcelamento de três anos tiveram suas contas completamente desequilibradas, as suas finanças arruinadas com o passar do tempo, porque passaram a pagar juros do cartão de crédito, do empréstimo consignado, da casa própria, do carro, da compra do material escolar, ou seja, de todas as suas despesas.

Faço um apelo especial aos deputados que estão chegando pela primeira vez, porque infelizmente muitos dos nossos colegas ficaram inertes e não tiveram a coragem de se agigantar nesta tribuna e no momento das votações para dizer “não” à garganta profunda que tem o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e agora até a própria Defensoria Pública.

No final do ano passado, eu fui o único deputado que votou contra o aumento da Defensoria Pública, de 8,5%. Enquanto o Executivo concedia o aumento de 8,5% aos defensores públicos, cujo salário inicial é da ordem de R\$22.000,00 – o do defensor-geral é de R\$29.000,00 –, os demais servidores amargavam quatro anos sem reposição de perda inflacionária, os demais servidores amargavam três anos de parcelamento, e esta Casa votou proposta de leis complementares permitindo que o Judiciário e o Ministério Público vendessem dois meses de férias-prêmio; e os deputados ficaram inertes.

Por diversas vezes eu ocupei esta tribuna, presidente, para dizer que a responsabilidade também é do Legislativo. Quem sabe, com os novos parlamentares e com as novas parlamentares que aqui chegaram, a nossa voz não venha a ecoar solitária, como foi no mandato passado? Na votação do MP, nós só tivemos três votos contrários, e um foi deste deputado, e, se eu não estou equivocado,

da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e João Leite. O restante todo votou a favor, como se o servidor do Executivo estivesse no mar de rosas.

Está na hora, deputado Guilherme, deputada Beatriz Cerqueira, de esta Casa se agigantar e dizer que o Estado não é só o Executivo, que o Estado é a Assembleia, que o Estado é o Judiciário, que o Estado é o Ministério Público, que o Estado é o Tribunal de Contas, que o Estado é a Defensoria Pública. Está na hora de esta Assembleia ter coragem e vergonha na cara e dizer que é aqui que está o Poder para barrar os aumentos absurdos.

Nós, deputados, ficamos numa situação, eu diria, menos constrangedora, deputada Marília Campos, porque o aumento de 16,58% está repercutindo hoje no contracheque do juiz, do desembargador, do promotor, do procurador e dos conselheiros do Tribunal de Contas. E para os servidores do Executivo? Os servidores do Executivo continuam amargando quatro anos sem reposição de perda inflacionária e três anos de parcelamento.

Agora, o governador Romeu Zema anuncia um parcelamento de 11 vezes no pagamento do 13º salário. Isso é covardia. Eu tive a oportunidade, colegas deputados e deputadas, de fazer uma leitura atenta do pronunciamento do excelentíssimo senhor governador Romeu Zema. Quero deixar claro aos deputados do Novo que não serei oposição ao governo, que farei de tudo para ajudar o governo, que farei todo o possível para que as matérias sérias e comprometidas sejam votadas.

Faço um apelo aos colegas deputados e deputadas: antes de querer cortar as questões internas desta Casa, é preciso que o mesmo deputado que fala isso tenha coragem de enfrentar o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, porque esses órgãos vivem num paraíso, numa ilha completamente diferente da ilha do Poder Executivo estadual.

Quero trazer aqui a fala, entre aspas, do governador Romeu Zema, desta tribuna, que disse: (– Lê:) “Para isso, a adesão ao regime de recuperação fiscal junto ao governo federal (...)”. Para os novatos que não entenderam o que são essas palavras, isso quer dizer: a morte do servidor público de Minas Gerais, a morte certa. Recuperação fiscal é aumento de contribuição da Previdência, é aumento do tempo de contribuição, são três anos de congelamento dos salários – mais três anos! –, é não haver promoções nas carreiras do Poder Executivo, é tudo de ruim que o governador trouxe aqui. Ele fala do pacto por Minas. Quero fazer um pacto, e tenho algumas sugestões para aportar. Já peço ao colega deputado, já que vou torná-las públicas, que não venha plagiar e correr à Comissão de Administração Pública. Vou apresentar 10 propostas. A primeira – e vou contar com o apoio dos nobres colegas – é a de que, nos próximos quatro anos, não haja aumento nem reposição de perda inflacionária no Legislativo, no Ministério Público, no Tribunal de Contas, no Judiciário e na Defensoria Pública. Ou seja, para ninguém, nem para os membros nem para os servidores. É a primeira proposta.

A segunda proposta é a de que os membros do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas rejeitem o aumento de 16,58%. (Cleitinho, se V. Exa. acha que aqui ainda há alguma regalia, sugiro a V. Exa. que conheça os penduricalhos do Ministério Público, do Judiciário e do Tribunal de Contas. V. Exa. vai cair de costas, vai ficar de boca aberta e vai entender exatamente o que estou dizendo. Muitos desses penduricalhos foram aprovados aqui, porque os deputados se acovardaram, não tiveram coragem de dizer “não”. A Assembleia se acovardou, ficou submissa. Quando você vir procuradores de Justiça naquela antessala, pode ter certeza de que tem aqui algum projeto na pauta que vai melhorar alguma coisa no bolso deles. É assim que a Casa tem funcionado nos últimos tempos.) Não haverá, de igual forma, nenhum pedido de suplementação orçamentária.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o presidente Adalclever presidiu esta Casa por quatro anos. A Assembleia cortou despesas em vários locais; até as nossas viagens e nossas prerrogativas foram amputadas durante o último mandato. Fizemos economia; a Assembleia passou quatro anos sem nenhum pedido de suplementação orçamentária. Mas os Tribunais de Justiça e de Contas, o Ministério Público e até a Defensoria Pública deitaram e rolaram nos pedidos de suplementação orçamentária. Ou seja, o que eles tinham previsto no orçamento foi pedido para mais. Uma, duas, três, quatro vezes vieram mensagens do governador pedindo para suplementar os orçamentos desses órgãos.

Aprovaram aqui – vi algumas iniciativas e dou os parabéns – uma proposta de emenda constitucional, a PEC nº 53, que foi assinada por 67 colegas deputados. Essa PEC prevê uma varredura em todos os penduricalhos do Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Judiciário. São vergonhosos os penduricalhos que esses órgãos e Poderes recebem.

Concedo aparte ao meu colega deputado, ao meu amigo João Leite, já que nos resta pouco tempo.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado. Falarei rapidamente. Quero parabenizá-lo, porque V. Exa. começa da mesma maneira que nesses 20 anos em que está nesta Casa, trabalhando firme. Parabéns!

Quero aproveitar esta oportunidade que V. Exa. me deu para convidar todas as deputadas e todos os deputados para uma reunião amanhã, às 9h30min, pois teremos a presença do Ten.-Cel. Helton Fernandes de Andrade, comandante do 2º Batalhão Ferroviário de Araguari, que é comandado pelo Gen. Bini. O nosso batalhão ferroviário estará aqui para se juntar à Assembleia Legislativa para a retomada ferroviária de Minas Gerais. Quero agradecer ao meu colega Cel. Henrique, que intercedeu junto ao Gen. Bini. Então quero convidar todos para a reunião que será realizada no Plenarinho I, amanhã, às 9h30min, onde ouviremos o Cel. Helton, comandante do 2º Batalhão Ferroviário do Exército Brasileiro, que trará propostas.

Quero agradecer a V. Exa., que me ajudou tanto na Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias, onde continuaremos colhendo frutos. Então quero convidar todas e todos para estarem amanhã, às 9h30min, no Plenarinho I, com o Cel. Helton e o Gen. Bini. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, deputado João Leite.

Só para informar aos colegas deputados e deputadas, no último mandato não recebi auxílio-moradia e fico muito à vontade para falar desses sistemas aqui na Casa. Antes que qualquer colega venha fazer cobranças internas do próprio Poder Legislativo, quero ver se esse deputado ou deputada terá a mesma bravura, a mesma coragem para enfrentar os privilégios e as regalias do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, porque é muito mais fácil fazer um vídeo e falar que os deputados daqui tiveram um passado de muitos privilégios. Hoje, não. Hoje esta Casa está muito diferente da Casa de quando cheguei. Por isso, quero ver a mesma bravura, a mesma disposição para enfrentar os membros do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Para encerrar, presidente, queria agradecer e cumprimentar V. Exa. Trouxe aqui, e caso alguém queira, está à disposição, a evolução orçamentária do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública. Em nove anos, de 2011 a este ano, a Assembleia aumentou o seu orçamento anual em 62%, Coronel Henrique. Foram 62%. O IPCA, que é o índice oficial, ficou em 59%. Então acompanhamos exatamente o IPCA. Sabem em quanto o Judiciário aumentou? Aumentou em 149%. O Ministério Público, 136%; o Tribunal de Contas, 129%; a Defensoria Pública, 222%. Então, prezados colegas deputados e deputadas, antes de atacar o próprio Poder, conheçam um pouco mais dos outros Poderes. Ai, sim, os senhores se somarão à energia de que precisamos. Vamos, sim, moralizar, mas vamos moralizar os Poderes e os órgãos em nome dos servidores, que hoje estão amargando um parcelamento em seu 13º salário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira – Boa tarde, deputadas e deputados presentes nesta Casa e componentes da Mesa, muitos com quem já dialogamos, debatemos, construímos importantes processos em defesa da classe trabalhadora aqui no nosso estado, em especial a da educação, que é de onde venho. Começo exatamente fazendo um cumprimento aos mais de 250 mil, 270 mil trabalhadores em educação da rede estadual, que iniciam nesta semana o nosso ano escolar na rede estadual. Um ano de fato bastante difícil, cujas pautas que estão sendo apresentadas são de retirada de direitos.

Tenho a expectativa de que possamos fazer deste espaço, que é a Assembleia Legislativa, um lugar de debate do seu conteúdo e que possamos não fazer o caminho único, como foi apontado aqui, na sexta-feira, no discurso do governador Romeu

Zema. Existem vários caminhos. Existe de quem tirar. O que não pode acontecer é retirarmos daqueles que já sofrem há bastante tempo com a crise econômica e com todas as crises que enfrentamos.

Mas o que me motivou a fazer a inscrição para a nossa primeira reunião de Plenário foi o crime cometido pela Vale em Brumadinho. Na segunda-feira alguns deputados apresentaram requerimentos para a instalação da CPI. E trago esse debate porque, enquanto nos reunimos nesta Casa, existem centenas de famílias que ainda esperam que os seus familiares sejam encontrados para que possam velá-los, para que possam enterrá-los. Porque talvez nem a isso as famílias terão direito. É inexplicável como uma mineradora constrói o seu refeitório, o seu ambulatório e a sua área administrativa na porta da barragem.

A CPI das Mineradoras se torna essencial, porque a Vale não é a única que subjuga as comunidades e a população aos seus interesses econômicos. Eu participei ontem de uma audiência pública promovida pela Prefeitura de Sarzedo, e, nessa audiência, a comunidade estava em desespero por causa das barragens existentes no município da Itaminas. Estou apresentando à Mesa requerimentos pedindo informações, porque, depois de ouvir a Itaminas durante a audiência com a comunidade, concluímos que não há plano de emergência. Se as barragens se romperem em Sarzedo, como não existe nenhum plano de emergência para a população serão no mínimo sete bairros atingidos. Lá não há plano de evacuação, de realocação de pessoas. Não há plano de segurança para as pessoas que trabalham naquela barragem, a serviço da mineradora. Foi feita uma inspeção, e queremos ter acesso ao resultado da inspeção feita recentemente nessas barragens e saber que problemas elas estão apresentando. Fundamentalmente, é necessário que as mineradoras compreendam que onde elas atuam existem pessoas e comunidades que precisam ser ouvidas.

Então estou apresentando à Casa, à Mesa, e vou apresentar diretamente à mineradora esses pedidos de informação sobre o plano da empresa para acabar com as barragens, porque foi dito que ela fará isso. Então queremos saber sobre esse plano e em quanto tempo será realizado, e sobre o plano de emergência e de realocação da comunidade em caso de rompimento de barragem; e queremos acesso a esse relatório da última inspeção.

Sai de Sarzedo muito assutada porque processos que começaram depois do crime da Vale em Mariana, com o rompimento da Barragem de Fundão, não foram concluídos. Essas famosas sirenes que nunca tocam quando as pessoas precisam ser alertadas também não existem ainda em Sarzedo para alertar as pessoas. Então faço um apelo para que consigamos fazer dessa CPI das Mineradoras o lugar para apurar os crimes cometidos pelas mineradoras no nosso estado.

Aproveito também para fazer o registro de que, neste momento, mais de 600 famílias em São Joaquim de Bicas, no Acampamento Pátria Livre, estão sem água e sem assistência da Vale, porque nesse local passa o Rio Paraopeba. É necessário que a água seja fornecida, porque a responsável é a Vale, com o crime cometido em Brumadinho, com toda a sua extensão.

Em segundo lugar quero trazer a preocupação com a reforma da Previdência anunciada pelo governo federal. Já apresentei requerimento para que façamos um fórum técnico de debate da previdência dos servidores, porque, pela minha primeira leitura, essa reforma privatiza o direito à seguridade social, porque previdência faz parte da seguridade social. É uma reforma que traz homens e mulheres para a mesma idade de aposentadoria, e nós sabemos que as mulheres trabalham mais do que os homens em atividades não remuneradas, e é por isso que existe a diferença entre homens e mulheres na aposentadoria. É uma reforma que traz um sistema de capitalização individual, inclusive utilizando o FGTS com gestão de entidades públicas e privadas. Nós estamos diante de um processo de ampla privatização, de capitalização individual, retirando a Previdência Social do leque da Seguridade Social e retirando a Previdência Social como um direito da população, penalizando as pessoas que mais precisam da seguridade social.

Então, a aposentadoria específica da categoria de professores, da qual faço parte, está ameaçada, bem como a da trabalhadora e do trabalhador rurais. Portanto, essa reforma não resolve o problema, porque temos sonegadores, temos uma estrutura que deveria ser revista em relação à tributação, e a opção do governo federal não é essa.

O deputado Douglas Melo (em aparte) – Primeiramente, deputada Beatriz, quero dizer que é um prazer tê-la nesta Casa. A senhora é tão aguerrida, nós já conhecemos o seu trabalho há muito tempo. Seja bem-vinda.

Quero cumprimentar também todos os colegas novatos. Tomara que tenhamos uma legislatura com mais força ainda na Assembleia Legislativa.

Quero me solidarizar também com o povo da cidade de Brumadinho e dizer o quanto estamos sentindo essa tragédia. Que esta Casa, como a senhora já disse, não meça esforços para procurar os culpados e para que outros inocentes não passem pelo que Brumadinho está passando.

Quero aproveitar e cumprimentar o nosso presidente eleito, o amigo deputado Agostinho Patrus.

Gostaria de fazer um alerta ao governo do Estado de Minas sobre o concurso da Polícia Militar, em que tivemos a suspensão da convocação dos nomes aprovados.

Venho da cidade de Sete Lagoas. Todos já me ouviram falar aqui outras vezes sobre a luta contra a criminalidade lá. Em 2017, a 19ª Risp, o comando da Polícia Militar e a chefia de departamento da Polícia Civil de Sete Lagoas, juntamente com a tropa da Polícia Militar e a Polícia Civil, conseguiram registrar a maior queda da criminalidade no Estado de Minas Gerais. Isso só em Sete Lagoas.

No ano passado, novamente a 19ª Risp foi a região da Polícia Militar e a chefia da Polícia Civil que mais registrou queda da criminalidade no Estado de Minas. Aí, deputada Beatriz, quero fazer um alerta ao governo de que a suspensão da convocação dos aprovados no concurso da polícia vai custar muito caro para o governo e para o interior. Por quê? Belo Horizonte é hoje a cidade de Minas Gerais que tem o melhor número de policiais por habitante, enquanto o interior vem sofrendo com a explosão de caixas eletrônicos e assaltos na zona rural. Só a 19ª Risp receberia mais de 60 policiais, mas, com essa suspensão, corremos o risco de não receber nenhum. E não é só a 19ª Risp, mas cidades como Pompéu, Morada Nova de Minas também sofrem muito com a violência, e outras estão sofrendo desde já com esse anúncio do governo. Peço ao Comando-Geral da Polícia Militar, à Chefia da Polícia Civil, ao secretário de Segurança e, principalmente, ao governo do Estado que repensem. Economizar na segurança é um gasto que pode sair muito mais caro, porque vamos colocar vidas de mineiros em risco, principalmente no interior.

Mais uma vez, agradeço o aparte. É um prazer poder lutar com a senhora aqui, principalmente pela educação no nosso estado. Obrigado, deputada.

A deputada Beatriz Cerqueira – Considerando que nesta semana se inicia o ano escolar, quero agradecer aos deputados que possibilitaram que pudéssemos apresentar duas propostas de emenda à Constituição, que serão muito importantes para o funcionalismo público.

A gente vem para cá e faz o debate da representatividade, e isso não é mera retórica. A gente vem com tarefas que precisam ser cumpridas. Pudemos protocolar ontem a PEC do Quinto Dia Útil – esse é o nome com o qual a estamos batizando. Agradeço aos deputados que contribuíram para que isso fosse possível. É exatamente para que possamos trazer para esta Casa o debate da importância de o funcionalismo receber em dia. No orçamento, existe uma disputa. Não podemos deixar que os nossos servidores, muitos dos quais estão passando 15 horas na lama, fazendo resgates, tenham os seus direitos preteridos, como o de saber o dia em que vão receber. Então a PEC do Quinto Dia Útil estabelece isso na Constituição do Estado, a fim de que a gente não viva nenhuma outra vergonhosa situação de parcelamento em 11 vezes do 13º salário, como a que estamos enfrentando. Esse é um problema que enfrentamos, porque não existia legislação que determinasse a data do pagamento do funcionalismo e o 13º salário.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Quero desejar-lhe boas-vindas, bem como às demais deputadas e deputados que ingressam nesta Casa. Desejo-lhes êxito nos trabalhos. Farei um rápido registro, já que o tempo é curto. Quero desejar-lhes muito êxito e sucesso e dizer que vocês têm meu total apoio em todas as matérias relacionadas aos direitos dos servidores. Esse é um compromisso público que assinei em cartório com o deputado federal Weliton Prado. Não aceitamos a retirada de direitos conquistados com tanto trabalho, com tanto sacrifício. Não admitimos a retirada de direitos e faremos a defesa intransigente de todas as conquistas dos nossos servidores, tantos dos trabalhadores da educação, como de todas as outras categorias

de servidores do Estado de Minas Gerais. Quero desejar-lhe boas-vindas, deputada Beatriz. Conte comigo, pois já subscrevi seus projetos e os assinei. Daremos nosso apoio quando os projetos estiverem em tramitação nas comissões, bem como na pauta do dia no Plenário. Parabéns, deputada e conte conosco.

A deputada Beatriz Cerqueira – Agradeço ao deputado Elismar e ao deputado Douglas. É exatamente com esse pedido que encerro meu pronunciamento. Espero que possamos, na medida em que as comissões se constituírem, dar celeridade ao tratar de uma questão fundamental, que é a vida dos servidores públicos. É fundamental que o salário deles esteja em dia, pois é extremamente angustiante começar um mês sem saber o dia e a parcela do salário que receberá. Essa indefinição é terrível. Trarei a esta Casa esse debate para que possamos fazer essa disputa, que é fundamental, e cuidar daqueles servidores que fazem sua tarefa e desempenham um papel em nome do Estado.

O crime do rompimento da barragem foi da iniciativa privada, mas quem está lá cuidando da população são servidores públicos, quer sejam estaduais, quer sejam municipais, quer sejam da União. Daí a importância dos servidores públicos na estrutura e na prestação de serviços à população.

Encerro fazendo um segundo pedido. Ontem, em Sarzedo, tomei conhecimento do enorme empenho dos bombeiros. Tenho acompanhado a atuação do Corpo de Bombeiros em Brumadinho, mas fiquei sabendo que não foi corretamente identificada a quantidade de toxicidade da lama a que estão submetidos. Acho isso muito importante e vou apresentar essa solicitação à Mesa para que possamos acompanhar o trabalho do Corpo de Bombeiros, inclusive em relação ao cuidado com a vida das pessoas que estão lá.

Para finalizar, registro o meu lamento pela morte da ativista Sandra Bittencourt, que coletou denúncias contra João de Deus e criou o movimento Combate ao Abuso no Meio Espiritual. Ela exerceu um ativismo fundamental e faleceu no último sábado, dia 2, mas deixou uma enorme contribuição para todas nós, mulheres, fazermos denúncias sobre os abusos sexuais que ocorrem em vários locais. Como nós defendemos a vida, não podemos aceitar nenhuma vida a menos, porque todas as vidas são importantes. Termino fazendo esse registro e lamentando que Sandra Bittencourt nos tenha deixado após contribuir de forma fundamental para que homens que violam os direitos das mulheres, que violam seus corpos sejam expostos, investigados e respondam por seus atos criminosos.

Desejo que tenhamos uma boa legislatura e cumpramos o papel do Poder Legislativo e que nenhum outro Poder venha dizer qual deve ser o papel desta Casa, pois ela é plural, com a representatividade de cada um daqueles que trouxeram os seus votos e a opinião da população mineira.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde às deputadas e aos deputados. Boa tarde, Sr. Presidente, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia e todos os servidores desta Casa. Muito obrigado por nos acompanharem sempre. Não me canso de dizer que o corpo técnico desta Casa é, sem sombra de dúvida, o melhor das assembleias do país.

Sr. Presidente, lembro-me de que, há quatro anos, fiquei um pouco nervoso durante o meu primeiro discurso nesta Casa, mas aquele não deixava de ser um momento de muita felicidade e de muita festa. Na nossa posse e hoje também deveríamos ter um momento de muita felicidade. Tenho certeza – e é isto que espero de cada colega, de cada homem público, de cada mulher, de cada um, acima de diferenças partidárias e ideológicas: que tenha sensibilidade, que tenha sentimento para permitir que a tristeza tome parte de nós, neste momento, devido a um crime ao qual temos de dar nome, sim. Como homem público, não poderia deixar de ocupar este espaço para externar a minha indignação com o crime ocorrido em Brumadinho, um crime que se repetiu como o que ocorreu em Mariana, com tantas vidas levadas.

Na verdade, poderia ser diferente. No dia a dia, poderíamos acordar ou chegar em casa à noite e assistir ao telejornal, deputado Marquinho, sem termos que contabilizar as mortes que, a cada dia, vão sendo confirmadas no caso de Brumadinho. Por essa razão, fiz questão de assinar todos os pedidos de CPI. É importante que isso seja efetivo, ou seja, que esta Casa realmente abra uma

CPI para discutir não simplesmente o caso de Mariana, de Brumadinho, mas toda essa ganância do poder econômico em toda a região, em todo o Estado. E que a Câmara dos Deputados também tome essa posição, em nível federal.

Causa-nos dor ver que, a cada dia, querem ocupar espaços e achar que o que existe de mais precioso e mais rico está debaixo da terra. Não é verdade, deputado Cleitinho. O que existe de mais precioso e mais rico está acima da terra: são as vidas, são os homens e mulheres que nela vivem. E corremos o grave risco, deputada Leninha, de ver os índios terem de sair de suas terras para que os outros procurem algo ali embaixo. Vão tirar o que eles julgam ser o mais precioso. Esse é o momento crucial, fundamental, deputado João Vitor, para se discutir essa questão, a fim de que possamos esquecer diferenças ideológicas e partidárias e pegar o que temos em comum. Não é possível que essa situação não tenha deixado cada um de nós indignado.

Cresci vendo meu rio, o Rio Jequitinhonha, ter o seu leito revirado de um lado para o outro em razão da procura por diamantes. Ainda hoje é assim: jogam mercúrio no rio. Como profissional da saúde, deputado Carlos Pimenta, sabemos o mal que podem fazer à saúde esses produtos químicos. Também tenho acompanhado o deputado Carlos, que esteve no Rio Jequitinhonha algumas vezes e fez essa denúncia. Lá ainda hoje também é assim: reviram o leito do rio de um lado para o outro. A cada dia, a mineração faz isto: investidas despudoradas, letais e fraudulentas. O poder econômico fala mais alto, e não podemos permitir que ele fale mais alto que as vidas.

Alguns poderiam dizer que a arrecadação cairá. Se tivessem pensado nisso antes, se tivessem leis rígidas e mais amor à vida que ao dinheiro – e um dia o homem descobrirá que dinheiro não se come –, seria diferente.

Sr. Presidente, passou o momento da nossa diplomação, em que houve conturbação, e da posse. Gostaria, neste momento, de solicitar aos caros companheiros e às caras companheiras, aos deputados e às deputadas de todas as siglas partidárias que este seja um espaço de diálogo. Diálogo não é só subir aqui ou ir a uma comissão e falar, falar, falar. Diálogo, às vezes, se estabelece com um dos lados. É preciso depois de falar saber silenciar-se, ouvir, ouvir e ouvir. A arte de ouvir talvez seja uma das mais fantásticas deste mundo, deputada Rosângela. O diálogo só se estabelece quando um fala e o outro escuta de verdade; e, depois, o inverso. É assim que pretendo fazer e me estabelecer – e espero que seja com a colaboração de todos os pares.

Se, em cada um de vocês, há uma indignação com o que ocorreu em Brumadinho, independentemente do nosso partido, temos algo em comum; se alguns de vocês acham que mulheres e homens devem ter o mesmo espaço e ser tratados de maneira igualitária no mundo do trabalho e no econômico, temos algo em comum; se alguns de vocês acham que criança veio ao mundo para viver, e não morrer, temos algo em comum; se alguns de vocês ou se todos vocês acham – e espero que achem – que os negros, que os nossos irmãos negros têm os mesmos direitos, também temos algo em comum; se vocês acham que quem vive nas regiões que menos se desenvolvem neste país e neste estado – cito os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – devem receber mais porque são os que têm menos, temos algo em comum. Na verdade, meus irmãos e minhas irmãs, por mais que imaginemos e tenhamos sensibilidade com o que ocorreu em Brumadinho; por mais que imaginemos e saibamos o que um irmão negro passa; por mais que tenhamos a sensibilidade e imaginemos o que uma mulher passa, não sabemos tudo, porque não somos eles. Então, é preciso saber reconhecer a dor do outro.

Convido vocês a estabelecermos esse diálogo. Podemos ser totalmente... Cito o deputado Sargento Rodrigues, que me antecedeu: tenho certeza de que eu e V. Exa. temos muitas diferenças ideológicas – aliás, V. Exa. sabe disso; mas, em muitos momentos, seu voto e o meu foram para o mesmo lado, nós tivemos a mesma sensibilidade. Cito o deputado Sargento porque, em muitas situações, pensamos de maneira igual e defendemos a mesma causa, por mais que sejamos diferentes ideologicamente. Houve situação em que eu, ele e mais dois ou três votamos da mesma forma – aliás, ele já a citou.

Como disse muito bem a deputada Beatriz, esta Casa é plural e, graças a Deus, desta vez há mais mulheres que da outra legislatura. Espero que um dia haja mais ainda, assim como mais negros. Esta é a Casa da diversidade com a qual temos de saber

lidar. É o que quero pedir antes de conceder aparte ao deputado Elismar. Precisamos ter essa pluralidade com respeito ao outro, independentemente se somos da sigla A ou B. É o que temos de fazer.

O que temos de exterminar, deputada Marília, é o preconceito, é o ódio, é a ganância pelo dinheiro. É isso que temos de fazer. Com a palavra, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Agradeço e aproveito para parabenizar o deputado Doutor Jean Freire pelo pronunciamento. Com certeza estamos juntos em todas essas questões que V. Exa. levantou.

Quero falar rapidamente neste aparte que também assinei todos os pedidos de CPI para se apurar e investigar a fundo o que ocorreu em Brumadinho. É lamentável que a lógica do capital fale mais alto do que o que realmente é humano, que esteja acima do interesse público e muito acima da vida daquelas pessoas. Realmente isso é lamentável. Fiz questão de assinar todos os pedidos de CPI, porque isso não é uma questão simplesmente partidária, ideológica ou política. Estamos tratando da vida de muitos seres humanos. É fundamental que isso seja apurado também por esta Casa. O que ocorreu em Brumadinho, deputado Doutor Jean Freire, não foi um acidente, tampouco apenas crime, foi genocídio, foi assassinato. Isso precisa ser muito bem apurado.

Ora, já concluindo, eles alegavam que o modelo das barragens era de alteamento a montante, e isso nada mais é do que bloquear os rejeitos com os próprios rejeitos, simplesmente porque era mais barato, era mais econômico. Isso é lamentável. Não tenho palavras para realmente expressar o que significou aquilo. Esta Casa precisa fazer sua parte, cumprir seu papel. Fiz questão de assinar todos os pedidos de CPI para que isso seja apurado de maneira profunda, para haver as punições adequadas e para que isso jamais venha a ocorrer em nosso estado e também no País. Parabéns V. Exa. pelo pronunciamento e conte conosco nessas questões e em todas as outras que dizem respeito à luta por justiça, por direito, por dignidade, por democracia e pela defesa intransigente do povo de Minas Gerais. Parabéns, deputado Doutor Jean Freire!

O deputado Doutor Jean Freire – Por último, Sr. Presidente, nós, que fizemos o juramento de respeitar a Constituição Brasileira e a Mineira, queremos reafirmar o compromisso de lutar pelos que mais precisam, de lutar pelas mulheres, de lutar pelas diversidades, de lutar pelos negros, de lutar pelas regiões que menos se desenvolvem neste Estado de Minas Gerais. É evidente que cada um chega aqui representando algumas bandeiras, algumas regiões. Todos somos deputados de toda a Minas Gerais. Trago comigo a luta, além da luta de Minas Gerais, do povo do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, trago a defesa da água, a defesa da nossa mãe Terra, porque, se tivessem mais carinho com a nossa mãe Terra, seria diferente. Todos aqui têm mãe biológica. Alguns já perderam sua mãe biológica e conseguem viver sem ela, mas nenhum de nós consegue viver sem a nossa mãe Terra.

Quero reafirmar meu compromisso em lutar para sanar, acabar com as mazelas que sempre houve no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri. Quero citar a inacabada obra da BR-367 que, em algumas cidades onde ela deveria passar asfaltada, como no caso de Chapada do Norte, chega só terra. Lá é uma das poucas cidades de Minas em que só chega terra, em que não chega asfalto. Talvez seja porque lá, Sr. Presidente, caros colegas, deputados e deputadas, 92% da população é negra. E estamos sempre questionando se isso não é racismo institucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, caras e caros colegas.

Vou concluir de verdade, presidente. Os 15 minutos parece que voam, pois concedemos aparte aos colegas e acaba que não falamos tudo que deveríamos.

Meus caros amigos, deputados e deputadas, do fundo do meu coração, vamos estabelecer aqui o diálogo. Para aqueles que acreditam em Deus, saibam que o mesmo Deus que habita em cada um de vocês é o mesmo que habita em mim. O meu muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, audiência que nos acompanha pela TV Assembleia, pelos órgãos de comunicação, eu me sinto na obrigação de ocupar esta tribuna nesse primeiro dia de mandato por dois motivos. Primeiramente para apresentar aos colegas o trabalho que realizamos na Comissão de Minas e Energia na última legislatura, que acabou tendo um destaque grande nos últimos dias e que foi um trabalho coletivo, não apenas do deputado João Vítor Xavier. Em segundo lugar, para tratar desse assunto que nos é muito importante, que é a questão da barragem de Brumadinho, dessa nova tragédia, desse novo crime cometido contra a nossa sociedade.

Gostaria, em primeiro lugar, deputado Carlos Henrique, de apresentar aos colegas que estão chegando a esta Casa todo o trabalho que foi feito nos últimos quatro anos a respeito dessa questão. A Casa abriu uma comissão especial das barragens, que apresentou um relatório, um projeto de lei. Neles já tínhamos algumas melhorias importantes para a segurança das barragens no Estado de Minas Gerais. Foi um trabalho sério, conduzido pelo deputado Agostinho Patrus, agora presidente da Casa, com a relatoria do deputado Rogério Correia. Encontro naquele trabalho a melhor das intenções do coletivo da Casa e dos deputados de melhorar a situação da segurança de barragens do Estado de Minas Gerais. Durante esse período de tramitação do projeto, chegamos a um momento em que ele desembocou em nossa comissão, a qual tive a responsabilidade de presidir naquele momento, e tivemos uma manifestação pública, clara, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e de 52 ONGs de atuação ambiental, além do Ibama, por meio da sua Superintendência no Estado de Minas Gerais, de que o projeto que naquele momento chegava na Comissão de Minas e Energia não atendia a todas as demandas de segurança para as barragens do Estado de Minas Gerais.

Foi por isso que nos debruçamos para construir um projeto que pudesse, com a melhor das intenções, atender às demandas do nosso Estado. Não é um projeto do deputado João Vítor Xavier, de um deputado, mas um projeto que foi construído dentro desta Casa, com a participação de muitas forças, com a participação, por exemplo, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, deputada Marília. Tivemos o prazer de, durante oito meses, conviver com os promotores que cuidaram do caso de Mariana e de absorver todo o conhecimento que eles tiveram de aprendizado com aquela tragédia de Mariana para apresentar soluções para aquilo que eles encontravam como problemas para a mineração no Estado de Minas Gerais. Tivemos a oportunidade, nesses oito meses, de acolher todas as sugestões que foram apresentadas pelo Ibama do Estado de Minas Gerais por meio do seu superintendente. Tivemos a oportunidade, também, nesses oito meses de trabalho, de dialogar com 52 ONGs que representam movimentos de atingidos, de moradores do entorno de barragens, movimentos ambientais e sociais. Foram 52 ONGs participando, além da participação direta da sociedade e da comunidade. Tivemos, ainda, a oportunidade de contar com o trabalho primoroso e brilhante da equipe técnica desta Assembleia. A assessoria desta Casa e o corpo técnico que me foi disponibilizado pelo presidente Adalclever Lopes nos deram uma contribuição enorme para a construção desse projeto. O papel do deputado João Vítor Xavier nesse processo foi apenas de mediador de todos esses setores e de deputado responsável por apresentar essas ideias, que, de fato, são duras, rígidas, mas que são fundamentais para que não continuemos a conviver com tragédias desse tipo.

Quero fazer um alerta a muitos deputados que não acompanham de perto o setor minerário: a tragédia de Mariana não foi a primeira. Na última década, ocorreram em todo o mundo mais de 100 tragédias semelhantes com barragens a jusante, a montante e em linha. Somente em Minas Gerais, neste século, ocorreram quatro tragédias com barragens de rejeitos de mineração: em Nova Lima, com 3 vítimas; em Rio Acima, com 5; em Mariana, com 19; e em Brumadinho, com mais de 300. Se não tomarmos atitudes corajosas e necessárias como poder público, poderemos, a qualquer momento, acordar com uma tragédia ainda maior. Se romper, por exemplo, a barragem de Congonhas, não serão 300 mortos, número que já é inaceitável, e sim 3 mil, 5 mil, 8 mil mortos. Ela está lá para todo mundo ver.

Se houver a ruptura das duas barragens que estão abandonadas há mais de 10 anos na cidade de Rio Acima, divisa com Nova Lima, além da tragédia humana de vidas que serão perdidas, teremos o maior desastre ambiental da história deste país, superior ao desastre do Rio das Velhas, onde ocorreu a contaminação por rejeitos do minério de ferro. E os rejeitos depositados nessas duas

barragens abandonadas são de ouro com arsênio, que não se dissolve com o tempo na natureza. Será uma tragédia incalculável. Não teremos água para beber na Região Metropolitana de Belo Horizonte, porque, se a barragem romper, os rejeitos irão para o Rio das Velhas, que é a maior fonte de água da Grande BH e de aproximadamente 5 milhões de pessoas, deputada Ana Paula.

Portanto, o assunto é grave e precisa ser encarado por esta Casa, pelo governo do Estado, pela presidência da República, com a devida seriedade. Fizemos um trabalho muito sério – e, quando digo “fizemos”, não foi apenas o deputado João Vítor –, que se iniciou na Comissão Extraordinária das Barragens, seguiu pela Casa e foi apresentado como projeto. Precisamos agora construir uma proposta coletiva, de toda a Casa, deputada Marília. Não pode haver vencedores ou vencidos, como no passado. Precisamos que a sociedade vença. A proposta deve atender às demandas da nossa sociedade, do Estado de Minas Gerais e da nossa população.

Antes de conceder aparte a V. Exa., quero destacar quatro pontos fundamentais apresentados no nosso projeto, no projeto construído pelo Ministério Público, pelo Ibama, pelas ONGs e pelo corpo técnico da Casa, os quais não foram contemplados nos projetos anteriores. O primeiro ponto é obrigar as mineradoras a não trabalharem com um método mais adaptável a elas do ponto de vista econômico, e sim de segurança e modernidade. Em vez de barragens porcas, que atendem apenas ao interesse econômico, as mineradoras terão de funcionar com processos mais modernos, que não criam barragens e deixam a nossa população mais segura. O segundo ponto é proibir o alteamento das barragens, porque o que fazem hoje é enganar o processo de licenciamento ambiental. Elas sabem que a barragem termina com 100m, mas apresentam projetos fatiados de 10 em 10m, desconsiderando o impacto ambiental futuro. O terceiro ponto é a ampliação da área de autossalvamento, para que haja possibilidade de se construírem cidades que não fiquem próximas a barragens. Não adianta ficarmos assustados com um restaurante ou um escritório abaixo de uma barragem, o que é inaceitável: na verdade, são cidades inteiras que estão abaixo de barragens, 20 mil, 30 mil, 40 mil pessoas. É muito pior que o triste fato do restaurante e do escritório. E o quarto ponto é o endurecimento na liberação das licenças ambientais e do processo de fiscalização. Esses são os quatro pontos fundamentais que, se não forem incluídos na legislação, não resolverão o assunto.

Além disso, precisamos exigir do governo que, dentro dos processos jurídicos que teremos daqui para a frente, obrigue que todas as barragens do Estado sejam descomissionadas, porque se elas não forem esvaziadas, nós continuaremos convivendo com esse tipo de tragédia no Estado de Minas Gerais. Esse é um desafio coletivo de todos nós, num processo onde não precisamos, não poderemos e não deveremos ter vencedores ou vencidos, em que o vencedor deve ser o povo de Minas Gerais. A Assembleia deve fazer o seu papel coletivo para apresentar o melhor possível à nossa sociedade.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Meu caro João, primeiro, também quero lamentar o que aconteceu em Brumadinho. O mesmo sentimento que estamos vivendo aqui nós vivemos há quatro anos com a barragem de Mariana, uma das maiores catástrofes que aconteceu no meio ambiental.

Esta Casa fez uma comissão especial para apurar a questão de Mariana, com várias reuniões e com a presença de promotores e com o pessoal que veio de Mariana. Então, criou-se uma expectativa. Eu sou capaz de apostar que o único projeto que foi gerado de tudo isso foi o projeto que Vossa Excelência apresentou. Infelizmente, ele foi apresentado no apagar das luzes da legislatura passada. É importante que Vossa Excelência reapresente esse projeto.

O deputado João Vítor Xavier* – Está reapresentado.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Nós precisamos discutir à exaustão esse projeto. Há várias catástrofes em Minas Gerais, João, não é só de rejeitos minerais. Na nossa região, no Norte de Minas – há aqui seis representantes daquela região – talvez estejamos sofrendo a maior devastação que Minas já teve, não de uma forma aguda como aconteceu em Brumadinho, que são as plantações intermináveis de eucalipto, pelos plantadores criminosos do Norte de Minas. São milhões de hectares que tiram a vida de milhares de pessoas, no decorrer das décadas.

Nesse processo de discussão, quero adiantar e pedir a Vossa Excelência que nos ajude e fique na comissão, para que a gente possa discutir as barragens, incluindo todos esses pontos que Vossa Excelência sabiamente está aqui relatando. Vossa Excelência vai

ter o nosso apoio incondicional, mas também vamos discutir esse crime que se comete na região do Norte de Minas, que hoje é um deserto verde. Há milhares de hectares plantados de eucalipto levando à desgraça, levando à pobreza, levando esse sofrimento todo para o Norte de Minas. Parabéns, João!

O deputado João Vítor Xavier* – Muito obrigado, deputado. Eu colocarei o meu nome à disposição do meu bloco, a quem eu agradeço, porque, na última legislatura, se pude fazer o trabalho que fiz, foi por sua indicação e pelo apoio do presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, que teve a coragem de nos dar essa oportunidade.

Passo a palavra para o meu amigo, deputado Mauro Tramonte, com quem tenho o enorme prazer de conviver a partir de hoje nesta Casa. Seja bem-vindo e parabéns pela histórica votação, que é de todo merecimento pela sua biografia.

O deputado Mauro Tramonte (em aparte)* – Obrigado, deputado João Vítor. Muito obrigado pelo carinho. Eu quero dizer que concordo com tudo que você falou. Você pode contar comigo no que for preciso.

Eu gostaria também de destacar que entramos com um projeto de lei, deputado João Vítor, que proíbe a construção de barragens de rejeito de minério pelo método de alteamento a montante em aterro hidráulico no Estado de Minas Gerais, inclusive para que as barragens de rejeito que já existem e que já utilizam esses métodos sejam extintas no prazo de dois anos.

Também, no art. 3º, colocamos que as barragens de rejeitos de minério, ainda que sejam construídas por outro método, deverão respeitar a distância mínima de 10km de uma área habitada. Então nós temos que juntar forças mesmo para isso. Hoje precisamos fazer isso, porque Minas Gerais não aceita mais esse tipo de coisa. Chega, foi no limite. Não queremos ver, como você disse, outras barragens estourando e matando 3, 4, 5 mil pessoas.

Você está no caminho certo. Pode contar conosco. Um abraço.

O deputado João Vítor Xavier* – Muito obrigado, deputado. Quero destacar para Vossa Excelência que estamos em sintonia de ideias, porque esses itens apresentados no projeto de Vossa Excelência também são contemplados pelo projeto que havia sido apresentado.

Antes de passar a palavra para a deputada Marília, quero trazer o apelo do prefeito de Mariana. A cidade de Mariana teria direito a pelo menos R\$30.000.000,00 das multas ambientais que foram apresentadas à Vale. Até o dia de hoje, nem R\$1,00 foi pago a Mariana. A situação dessa cidade hoje é extremamente preocupante. Trago aqui o apelo do prefeito Duarte Júnior para que o governo do Estado repasse a Mariana os seus direitos dentro desse processo de multas que a Vale recebeu.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputado João Vítor, queria parabenizá-lo pela intervenção. Fui participante da Comissão Extraordinária das Barragens como suplente e, por diversas vezes, tive a oportunidade de estar presente ou em audiência pública ou em visita à Mariana, de forma que conheço um pouco todo o trabalho feito pela comissão e até as contribuições – que na minha opinião avançaram – em relação à normatização do processo de licenciamento ambiental. Também tive oportunidade de estudar o seu projeto, que foi apresentado e que é mais amplo, porque se trata de uma política de segurança nessa questão do licenciamento ambiental, uma política estadual para o setor minerário. Portanto, acredito que isso avançará ainda mais e que, certamente, teremos a oportunidade de debater os dois projetos e fazer o que for melhor para o nosso estado.

Queria ter a liberdade de incluir, dentro de suas prioridades, a defesa dos que são atingidos por barragens, das vítimas que sofrem em função da atividade minerária, da ausência de amparo. Acho que seria muito importante avançarmos numa política de defesa dos direitos dos atingidos em sua cidade. Obrigada.

O deputado João Vítor Xavier* – Muito obrigado, deputada Marília. Para encerrar, presidente Antonio Carlos, quero agradecer a solidariedade aos muitos colegas que me procuraram, nos últimos dias, para tratar do assunto e quero me colocar à disposição para um debate amplo e republicano com todos eles. Quero também dizer que essa é uma construção que tem de ser da

Casa, de forma coletiva. Essa construção é necessária e nos dará oportunidade de corrigir muitos problemas para o futuro do nosso estado. Esse talvez seja o grande desafio que este Parlamento terá para os próximos quatro anos. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Leninha* – Queria cumprimentar a Mesa, minhas colegas deputadas e meus colegas deputados aqui presentes, o pessoal da galeria e o pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia. Fico muito feliz em estar nesta Casa, que, para nós, é o ambiente da democracia, do bom debate e, acima de tudo, do respeito e da cordialidade. Devemos aqui construir pactos e alianças para que o debate flua e para, juntos, produzirmos, de fato, políticas para o nosso estado.

Saimos de um momento de polarização política em que a sociedade, o País e os estados estavam divididos. Esta Casa vem sendo vigiada por todos os que querem mudança na política, principalmente na mineira. Muitos que aqui vieram sabem do árduo caminho que construíram para chegar aqui. Eu, particularmente, que venho da periferia e sou mulher negra como a Andréia, como outras que estão aqui e como muitos de nós que têm uma história muito semelhante, sei o quanto foi depositado em nós da certeza de se fazer de um jeito novo a política mineira. Aqui a gente traz o povo dos gerais, os quilombolas, os índios, os vazanteiros da beira do São Francisco; aqui a gente traz muita demanda, muito lamento e muito apelo, mas, acima de tudo, o compromisso.

No primeiro dia em que aqui chegamos, na posse, fiquei triste ao ouvir, se não me engano, o Sargento Rodrigues dizer assim: “Aproveite, porque esta Casa vai estar cheia só hoje. Esta Casa fica cheia na posse”. Infelizmente, nós, que estamos chegando, e os que aqui estão e que têm compromisso não só na construção democrática, mas na proposição de política, na fiscalização e no controle social sabemos que devemos ocupar este espaço nesse debate, nesse diálogo e nessa construção coletiva.

Não vou repetir, mas não tem jeito de não falar do crime da Vale, em Brumadinho; não tem jeito de não falar, como o Carlos Pimenta disse, do caso de Mariana. Houve pessoas indiciadas, mas até hoje nenhuma prisão. O deputado que me antecedeu falou também das reparações, dos danos e de tudo o que a Vale vem fazendo neste estado.

A gente sabe que o modelo de desenvolvimento econômico em Minas Gerais nos últimos anos baseou-se na atividade minerária, que tem baixo custo de produção, mas que ameaça e coloca em risco a vida das pessoas, o meio ambiente e a sobrevivência deste país. Não poderia deixar de falar dos corpos que estão soterrados na lama, fruto de um afrouxamento de política ambiental, mas, mais do que isso, de um monitoramento que fosse capaz de prevenir crimes como os que aconteceram em Mariana e em Brumadinho.

Não podemos nos calar e não podemos somente nos consternar e ficar sensibilizados, falando aqui da mesma coisa. Daqui a pouco, a gente esquece o assunto, não apura, não monitora e não constrói política. É lógico que isso nos preocupa, porque já vivemos uma crise que deve se aprofundar em termos de arrecadação. Então pensar o modelo de desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais significa pensar outras formas de economia, como a economia popular solidária, a economia invisível, os pequenos empreendimentos, coisas que a princípio parecem não afetar e não dinamizar as economias do Estado, mas são essas economias que acreditamos serem viáveis e possíveis e que queremos debater aqui.

Como moradora do Norte de Minas, atuante no semiárido mineiro, que inclui o Norte e o Vale, não poderia deixar de falar da questão da água. Além de afetar mais de vinte cidades, há alta turbidez da água e contaminação de metal pesado, e corre-se o risco de chegar ao São Francisco, um rio que passa não só em Minas Gerais, mas que abastece todo o semiárido brasileiro. Muitos daqui de Belo Horizonte já disseram que o Rio Paraopeba, em períodos críticos de escassez de água, abastece Belo Horizonte. Então estamos falando de danos ambientais gravíssimos. O Rio Doce está aí, um rio morto, e agora estamos em vias, além do Paraopeba, de contaminação de rejeito de metal pesado no Rio São Francisco.

Dessa forma, queremos fazer o debate do desenvolvimento econômico, baseado nas ideias sustentáveis, na sustentabilidade, na viabilidade, para que comunidades e populações tradicionais tenham sobrevivência em seu território e, acima de tudo, possam manter seu modo de bem viver. Não é o dinheiro, não é a ganância, não é o acúmulo nem o lucro que vão de fato permear as atividades econômicas desses povos.

O deputado Carlos Pimenta lembrou que viemos de uma região onde os maciços florestais ocupam área de recarga. O semiárido enfrenta a má distribuição das chuvas, um período grande de seca, quando os carros-pipa têm de atender as famílias. A gente está cansado de abrir poço artesiano e não haver água. Estamos falando desse outro modelo, em que queremos rever a legislação. Não é possível que as monoculturas de eucalipto ocupem as áreas de recarga do semiárido. Não é possível que a gente venha trabalhando só com tecnologia de captação de água de chuva para as pessoas beberem. É uma tecnologia importante. É importante guardar água da chuva, mas é importante ampliar o debate de produção de água. E é isso que queremos discutir também na questão ambiental de produção de água.

É lógico que venho aqui com vários assuntos, inclusive nos preocupa muito a política que em Minas Gerais vem se repetindo, por exemplo, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Aqui em Minas Gerais, vimos que viramos o ano com o Conselho de Segurança Alimentar extinto. Isso nos preocupa. Por isso, no dia 27, faremos um banquete para mostrar que é uma política importante para aqueles e aquelas que devemos servir, que são os mais pobres, aqueles que estão aonde o Estado não consegue chegar. Por isso queremos trazer o debate da soberania alimentar, entendendo que não dá para conviver com tanta desigualdade neste estado, onde a gente vê a fome voltar novamente a várias comunidades rurais, onde as pessoas não têm o que comer, onde as pessoas estão batendo nas portas pedindo cestas básicas. Então são questões que devem de fato nos incomodar, e temos de sair do comodismo de uma política em que a gente não se encontra, não formule, não construa. Mais do que formulação, são gestos, construções que devemos fazer juntos.

Além dessas questões, preocupam-nos também – e estamos apresentando uma PEC sobre o assunto – os professores do ensino superior em Minas Gerais. Temos duas universidades estaduais, Uemg e Unimontes, em que os professores têm um piso salarial de R\$885,00. Não pagam nem o piso nacional para os professores do ensino superior. Muitos são doutores, pós-doutores cujo piso salarial está abaixo do piso nacional.

Então são questões que queremos trazer, não como questões de um mandato, mas de uma bancada, que creio ser da região do Norte de Minas, do Jequitinhonha. Contamos com os companheiros Gil Pereira, Carlos Pimenta, Zé Reis, Tadeuzinho, Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, do Jequitinhonha, e mais outros companheiros, e o Marquinho, do Mucuri. Estamos aqui com esse recorte de desenvolvimento econômico e territorial baseado no potencial, mas, acima de tudo, nos limites para esse desenvolvimento regional, que hoje é tão desigual no Estado de Minas Gerais.

Então agradeço e espero que os que estão aqui nos recebam bem. Estamos aqui firmes, lutando por um desenvolvimento diferente no Estado de Minas Gerais. Um grande abraço e muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/2/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 2/2/2019, que nomeou Lilia dos Santos Miranda Pacheco, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando, a partir de 11/2/2019, Jaqueline Ribeiro Amorim, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

exonerando, a partir de 11/2/2019, Leandro Gomes Damaceno, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando, a partir de 11/2/2019, Maria Beatriz Rogério de Castro Almeida, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

exonerando, a partir de 11/2/2019, Vânia Maria Bernardes Rosignoli, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

exonerando, a partir de 11/2/2019, Watson Albuquerque, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

nomeando Agostinho Francisco José de Oliveira, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Alberto de Castro Duarte, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Alexsandra Barbosa Gabriel, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Amâncio Oliva Neto, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Amilcar Pereira Penedo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Ana Ester Diniz Della Croce, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Analia Charliane de Oliveira Meireles, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Antonio Carlos Aguiar, padrão VL-54, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Antonio Cezar Botelho da Silva, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Antônio Idalino Teixeira, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Arnóbio Barbosa Nascimento, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Bernadeth de Cácia Andrade Godinho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Camila Helen Sanson Predes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

nomeando Carlos Eduardo Araujo Morato, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Cláudia Magalhães Mourão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Cristiana Pereira Carneiro Vasconcelos, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Cristiane Barroso Mourão, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Cristiane Marçal de Matos, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Debora Leoni Amaral Derzi, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Diogo Cangussu Borges Pinheiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Edina Tavares Marotta, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Edmilson Gonçalves, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Elenir Ferreira Ribeiro, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Eleonor de Souza Moraes Carvalho, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Eli Alves Dornelas, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Érico Fernando Guedes Saraiva, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Eronice Santos de Miranda, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Ezequiel da Silva Santana, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Fabiana Brites, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Fernanda Tomé de Rezende Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Flávia Emanuele Lemos Semim Ferreira, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Geraldo Anchieta Rosário Oliveira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Guilherme Francisco Chaves Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Guilherme Passini Lourenço, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Helenilma Lopes Fernandes Campos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Heloisa Helena Barros Giacomini, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Jacqueline Paola Nascimento, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Jaqueline Ribeiro Amorim, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando João Biondini Junior, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando José Aparecido Pereira, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando José Geraldo Bitencourt Júnior, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando José Milton de Oliveira Reis, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Lucas Athos Salatiel Rodrigues Fragoso, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Luciano Lana de Macedo, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Luciene Carvalho Ferreira, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Luiz Fernando de Oliveira, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Luzia Rosane de Oliveira Pereira, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Manuella Vieira Orlandi, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Marco Antonio Viana Leite, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcos de Jesus Marinho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Marcos José da Silva, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Marcus Antônio da Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Almeida Ribeiro, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Maria Aparecida Carneiro de Magalhães, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Maria Beatriz Rogério de Castro Almeida, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Maria Clara Almeida de Oliveira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Maria da Conceição Resende Maia, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Maria Herminia Alves Amorim de Almeida, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Maria Rosiani de Souza, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Maria Vânia de Freitas Rodrigues, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Mário Lúcio Quintão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Marly Adriene Botelho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Maydson Serrano Oliveira, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

nomeando Miracy Ferreira Hott Filho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Nestor Henrique Barbosa, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Patrícia Helena Alves, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Patricia Regina de Paiva Aranha, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Patrícia Regina Ferreira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Paulo César de Araújo, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Reginaldo Antônio de Araújo, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Rita Neta Ferreira Mendes, padrão VL-53, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Robson Soares de Almeida, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Ronan Alves de Queiroz, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Rosivaldo Correia de Mendonça, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Sebastião Faustino Felix, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Sergio José Guimarães, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Silvana Reis Thomaz Simões, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Vanda Barbosa da Silveira Alves, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Bloco PT-PR-PCdoB-REDE-Psol-Pros;

nomeando Vanessa Nara Coutinho Coelho Carreiro, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Celise Laviola;

nomeando Vânia Maria Bernardes Rosignoli, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Vinícius Faria de Oliveira, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Walfrido Antonio Teixeira Pires, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Watson Albuquerque, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Zilda Alves Simões, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco MDB-PDT-PV-PODE-PRB-DC;

nomeando Zilvânia Ferreira Gonçalves de Faria, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 11/2/2019, José Geraldo de Oliveira Prado do cargo de diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Luisa de Marilac Luna para o cargo de diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 11/2/2019, Luisa de Marilac Luna da função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial;

designando Daniela Duarte Ferreira de Oliveira para a função gratificada de gerente-geral – FGG –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões;

dispensando, a partir de 11/2/2019, Daniela Duarte Ferreira de Oliveira da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência de Assessoramento Técnico-Processual às Comissões.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, resolve dispensar o servidor Luiz Paulo Magalhães Lamego, matrícula 20.345/9, membro efetivo da Comissão Permanente de Licitação, e a servidora Priscilla Guedes Castilho da Silva, matrícula 20.045/0, membro suplente da referida comissão, designando, para integrá-la, como membro efetivo, o servidor Maurício da Cunha Peixoto, matrícula 5.764/9, e, como membro suplente, a servidora Sueli Barbosa de Abreu, matrícula 3.078/3.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 102/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 234/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 22/2/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de material para cabeamento estruturado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 3/2019

Primeiro conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes a fim de maximizar as ações de polícia preventiva, necessárias ao exercício do mandato eletivo. Objeto do aditamento: Quarta prorrogação. Vigência: 12 meses, de 29/1/2019 a 28/1/2020, prorrogável na forma da lei. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.1.90.10.1 (despesa com a remuneração dos militares) e 1011-01.122.701-2.009.3.3.90.10.1 (despesa com auxílio-transporte e alimentação).

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2019

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Ismael Salvador Milla de Oliveira – ME. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, nas especialidades de cirurgia bucomaxilofacial, endodontia e implantodontia, em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência de saúde da credenciante. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****MENSAGEM Nº 455/2018***

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/2/2019, na pág. 5, entre o texto da mensagem e o despacho, acrescente-se o seguinte:

“VETO Nº 2/2019

Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014.”.

* – Fica sem efeito a publicação da errata relativa à matéria em epígrafe na edição de 8/2/2019, na pág. 65.